

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS DO AGRESTE ALAGOANO: O CURRÍCULO EM QUESTÃO

Rutyelle Nunes Nolasco¹

Nayanne Lima Alves²

Valéria Campos Cavalcante³

RESUMO

O presente trabalho trata-se do recorte de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo sobre Gênero, sexualidade e Currículo escolar, realizada no PPGE/UFAL. Esse artigo traz como objetivo principal investigar de que maneira as escolas estão incluindo em seus currículos reflexões sobre gênero e sexualidade. Inicialmente trazemos reflexões sobre as concepções de currículo escolar que mais influenciaram as escolas brasileiras. Seguimos com as discussões sobre gênero e sexualidade, concepções e resistências. Como base teórica recorreremos a autores como: Goodson (2012) Moreira e Tadeu (2013) Sacristán (2000) Lopes e Macedo (2011) Colling (2018) Gagliotto (2009) e Louro (1997). Compreende-se a relevância dessa investigação, uma vez que ainda nos dias de hoje conseguimos observar a presença de diversos tipos de pré-conceitos enraizados nas instituições escolares brasileiras, refletindo uma sociedade que ainda encara temas como este com certa estranheza, e muitas vezes como tabu, dificultando as discussões nas salas de aula. Desse modo, a pesquisa valerá para identificar a realidade da educação na atualidade em relação ao tema, assim como suporte teórico para demais produções sobre gênero, sexualidade e currículo escolar no âmbito do estado de Alagoas, assim como auxiliar na prática pedagógica de professores que acreditam na relevância e importância da temática aqui apresentada.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, currículo escolar, agreste alagoano.

INTRODUÇÃO

A construção desse trabalho partiu da hipótese de que ainda existe um certo tabu relacionado aos temas Gênero e Sexualidade dentro do ambiente escolar, contribuindo mesmo que de forma indireta, para a continuidade de discursos e ações preconceituosas dentro e fora das instituições escolares. De acordo com Ribeiro e Thiengo (2019, p. 44)

No Brasil, grande parte dos incidentes de violência física, verbal ou virtual praticados na escola estão relacionados à intolerância de gênero e de sexualidade.

¹ Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), rutyellenunes@gmail.com

² Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), graduada em Biologia, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), nayvy1917@gmail.com

³ Professora orientadora, Doutora, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), valeria.cavalcante@penedo.ufal.br

Esse dado nos revela o quanto das discussões sobre gênero e sexualidade são polêmicas, sendo considerado imenso tabu, por isso, silenciadas no contexto escolar.

Inicialmente é oportuno mencionarmos a relação entre o tabu e a construção histórica social do que é ser homem e o que é ser mulher, desse modo, percebemos que ambos representam e possuem papéis distintos. Ribeiro e Thiengo (2019, p. 14) afirmam que

Esses papéis binários possibilitam a formação de diferenças entre homens e mulheres que vão muito além de suas características anatômicas e fisiológicas: eles atuam por provocar desigualdades entre homens e mulheres. Um exemplo clássico é o fato de atribuir à mulher o cuidado com o lar e aos filhos, e ao homem, a força e o vigor físico para o trabalho e o provento da sobrevivência da família.

Assim, fica evidente a importância de questionarmos e problematizarmos essa ideia que é passada de geração em geração acerca dessas diferenças construídas ao longo do tempo, histórico, social e culturalmente, para que então seja colocado em prática fielmente o respeito e a liberdade de sermos cidadãos, independentemente da condição existente.

Ao analisar o Brasil, um país com proporções continentais, percebemos que desde a sua formação apresenta uma grande diversidade de pessoas, culturas, etnias, gostos etc. Trazendo a observação para uma escala local, percebe-se que essa diversidade é latente dentro da sociedade alagoana, sendo assim, quando falamos de diversidade sabemos que o termo abrange tudo aquilo que é tido como diferente de um padrão colocado pela sociedade ao longo da história. E dentro desse termo, encontramos diversos grupos, que diariamente sofrem com a marginalização de seus corpos e a invisibilidade dentro dos documentos normativos da educação em Alagoas.

Desse modo, a escola deve respeitar e acolher a diversidade humana. Além da formação de conhecimentos pré-estabelecidos por áreas, é neste espaço que a identidade do estudante irá se construir ao longo dos anos, portanto, grande parte da vida de uma pessoa acontece na escola, e é ali também que surgem os primeiros questionamentos e dúvidas, que muitas vezes são silenciadas. Para Ribeiro e Thiengo (2019, p. 20)

A sala de aula é um espaço plural, pois nela estão presentes diferentes indivíduos que possuem uma trajetória de vida ímpar e diferentes perspectivas de vida, independentemente de sua condição financeira, orientação sexual ou identidade de gênero. Logo, a escola se torna um ambiente de acolhimento às diversidades, e deve, portanto, lidar com as diferenças de modo a possibilitar a aprendizagem de todos e exercitar o espírito de cidadania, sem preconceitos, discriminações ou violências.



E dentro dessa diversidade, se inclui gênero e sexualidade, que possui uma relevância extremamente importante, em relação aos dados alarmantes dos inúmeros tipos de violências, que acontecem todos os dias contra mulheres, gays, trans e etc (ABSP, 2021). Ribeiro e Thiengo (2019, p. 18) afirmam que

a existência do binarismo sexual homem x mulher, enquanto produto das determinações biológicas, refuta as diferenças existentes entre a população LGBT, pois não reconhece as diversidades sexuais apresentadas pelos participantes destes grupos, fato que pode culminar em desigualdades em variados campos da sociedade e da economia, além de poder se transformar em violência física e verbal.

Portanto, acreditamos que devemos realizar reflexões sobre os currículos escolares, a partir do tema, bem como a inserção de discussões dentro das escolas e das salas de aula, pois, considerando a necessidade de problematizar e questionar esse quadro social alarmante da sociedade brasileira, sobretudo de exclusão e segregação das pessoas LGBTQIA+ . Entendendo, pois, que a educação é um ato político, que assume um caráter político-ideológico, em qual muitos educadores ainda negam a necessidade de inserir pautas como gênero e diversidade dentro das salas de aula, principalmente na infância.

Nesse contexto, é oportuno salientar a importância de tratarmos o tema em questão de forma pedagógica com os estudantes, uma vez que a escola é uma das principais agências de conhecimento, mas que muitas vezes reflete preconceitos e tabus da sociedade, não refletindo sobre a diversidade e diferenças culturais dos sujeitos. Em se tratando dessa diversidade, muitas vezes, por falta de formação, muitos educadores não sabem como lidar com esses temas dentro dos currículos, principalmente nas discussões que envolvem as questões de gênero.

Por falta dessas discussões no espaço escolar, muitas vezes encontramos alunos sofrendo diversos tipos de violências simbólicas ou físicas, principalmente moral, considerando as suas identidades LGBTQIA+. Diante de uma temática tão rica e complexa, a escola necessita assumir a sua responsabilidade social, para com esses sujeitos.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002, p.32) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web

sites”. Desta forma, foram utilizados autores como: Sacristán (2013) Moreira e Tadeu (2013) Ribeiro e Thiengo (2019) dentre outros que abordam temas sobre Gênero, sexualidade e currículo escolar. Foi empregada uma abordagem qualitativa, pois, de acordo com Mynaio (2002, p.22) “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Foi realizada uma pesquisa de campo para investigar o problema em questão, e para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada, com dois professores de escolas da rede estadual localizadas no agreste alagoano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gênero e sexualidade na educação: de onde partimos?

As discussões sobre gênero e sexualidade são levantadas a algum tempo, principalmente em pautas feministas. O tema gênero é discutido, sob a perspectiva social, a partir da luta de mulheres que vão às ruas pelo direito ao voto, movimento esse que ficou conhecido como sufrágio. Esse movimento impulsionou diversos outros movimentos pelo mundo, uns com maiores respaldos que outros, mas a partir deste, temos o início do movimento que hoje conhecemos como feminismo.

Ao falarmos sobre esses temas, nos deparamos com o conceito de identidade, mas o que seria a identidade de um sujeito? Como construímos essa identidade? E quais os fatores que interferem durante a construção dessa identidade?

Há pessoas que não se restringem ao determinismo biológico sexual, já que o binarismo de gênero (masculino/ feminino) não dá conta da complexidade das possibilidades de busca pelo prazer. Assim, há pessoas que rompem com as barreiras de gênero impostas pela heteronormatividade, apresentando outras possibilidades de identidade de gênero (RIBEIRO;THIENGO, 2019, p. 26)

Portanto, para tratarmos desses assuntos, considerados por muitos tabu, precisamos entender a importância deles na construção da identidade de um sujeito. Desse modo, Colling (2018, p. 11) descreve que

a identidade é o resultado de um processo de construção que não realizamos de forma totalmente autônoma, sozinhos. A Identidade sempre é relacional, depende do diferente, do Outro, da diferença, para que saibamos quem somos. As identidades só podem adquirir sentido através da linguagem. O interessante desse aspecto é que



acionamos a linguagem para elaborar o nosso texto identitário, mas essa linguagem não foi criada por nós, ela precede a nossa existência, já existia quando chegamos neste mundo.

Nesse sentido, é necessário entendermos que a nossa identidade não é algo fixo, pois, podemos nos perguntar: nós somos os mesmos de cinco anos atrás? Acredito que a resposta será negativa, algo em nós certamente terá mudado, nossos gostos, modo de pensar e etc.

Ao tratarmos sobre identidade de gênero, é necessário que saibamos ou tenhamos o mínimo de compreensão acerca da diversidade de gênero que existe. Mas como nos aponta Colling (2018, p. 32) “a sociedade, via de regra, trabalha para que todas as pessoas tenham apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo, e que essa seja pura e tida como normal e natural”. Mas, muitas pessoas quebram essa ideia binária existente dentro da sociedade, fazendo com que sejam acometidas de diversos tipos de preconceitos. Desse modo, Colling (2018, p. 37) explica que

gênero é uma categoria de análise e as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais outras, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero.

Assim, percebemos que o tema exige um aprofundamento teórico capaz de suprir as demandas atuais na educação contemporânea. Sabendo que todos os dias nossos alunos chegam com diversos tipos de questionamentos, dúvidas e ideias prontas do que é identidade de gênero, e demais temas, é necessário que os profissionais da educação possuam uma formação capaz de auxiliar os estudantes durante os estudos sobre esses temas.

Ao tratarmos sobre sexualidade, relacionado aos dois primeiros temas, é necessário que saibamos distinguir o que são cada um deles e explicá-los de maneira didática aos nossos alunos, assim, Colling (2018. 41) explica que

Nas nossas vidas concretas, nossos gêneros são sexualizados e nossos sexos são generificados. Mas isso não quer dizer, ao mesmo tempo, que gênero e sexo ou sexualidade são sinônimos, que é tudo a mesma coisa. A sexualidade diz mais respeito às práticas sexuais das pessoas e a como essas pessoas se identificam em relação a essas suas práticas sexuais.

E, ainda se tratando de sexualidade, Ribeiro e Thiengo (2019, p. 28) acrescentam que

A orientação sexual é um termo empregado para o entendimento sobre a sexualidade e que se refere à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico de cada pessoa. Sabemos que não existe apenas uma forma de expressar a sexualidade. Por isso, é necessário acrescentar um “s” à palavra: sexualidades.

E é a partir desse tema que surgem os principais preconceitos encontrados nas escolas, pois é ali que nós começamos a nos identificar e nos relacionar. Por isso, o espaço escolar necessita urgentemente de profissionais capacitados para socializar com os diferentes sujeitos que chegam até essas instituições de ensino. Louro (1997) apresenta de forma extremamente importante a história e como se constitui os temas gênero e sexualidade, voltada à discussão acerca da mulher, e da força feminista para dar voz a temas que ainda não tinham sido discutidos, ou que não possuíam tanta relevância, antes do movimento. Dentre a discussão trazida pela autora, percebemos como as desigualdades são evidenciadas dentro dos espaços escolares, elevando as diferenças dos diferentes sujeitos. Para Louro (1997, p. 57)

diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incubiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (...) concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, ‘garantir’ – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos.

Portanto, ao analisarmos o que é descrito pela autora, percebemos que a escola, historicamente, é responsável pela produção de diversas desigualdades, então, como lutar para que nossa sociedade se liberte delas? Como lutar para que a escola seja um agente acolhedor e formador de cidadãos que respeitem as diferenças, e que essas diferenças não nos tornem desiguais?

É importante mencionarmos que essas desigualdades são frutos, muitas vezes, de uma má formação, ou até mesmo de profissionais cobertos de pré-conceitos, e que é necessário um aprofundamento em diversos temas considerados tabus, para que assim, os estudantes possam ter suas identidades respeitadas e acolhidas, e que suas diferenças não os tornem desiguais.

Desse modo, ao analisarmos a complexidade no tema gênero e sexualidade, e na importância que a sua discussão possui dentro do ambiente escolar, concordamos com os questionamentos levantados por Ribeiro e Thiengo (2019, p. 32) quando fazem as seguintes problematizações:

Diante de tamanha diversidade de possibilidades de vivência das sexualidades, seria possível a escola normalizar apenas a orientação sexual heterossexual como a única forma possível de sexualidade?



Como dialogar com essas diferenças na escola se as propostas curriculares, como ocorre na disciplina de Ciências da Natureza, priorizam o binarismo sexual, não contemplando as outras possibilidades de vivência das sexualidades não-hegemônicas?

Procurando responder essas questões impostas pelos autores, procuramos investigar como os professores estão conseguindo movimentar-se dentro dessa teia de aranha proposta pelos documentos normativos que regem os currículos das escolas no atual momento em que vivemos.

Currículo: qual sua importância na discussão?

Inicialmente, é oportuno mencionarmos que a partir da discussão trazida por Goodson (2012) percebemos que o currículo quando surge na Inglaterra, é introduzido num momento em que a escolarização em massa possui uma grande necessidade para preparar as pessoas para o mercado de trabalho, quando nessa fase a economia passa da agricultura para o mercado industrial. Porém, o autor nos evidencia que existe não só um currículo, mas, no mínimo, três currículos, para três tipos diferentes de estudantes, portanto, ali já podemos notar indícios do caráter ideológico e social que existia na demanda de uma separação de currículo para diferentes sujeitos. Assim, ao descrever em como a escolarização secundária era dividida, o autor menciona que:

Em 1868, a escolarização até os 18 ou 19 anos de idade destinava-se aos filhos das famílias de boa renda, independentemente da atividade desenvolvida pelos pais, ou aos filhos de profissionais e homens de negócio, cujas rendas os situavam ao mesmo nível. Tais alunos seguiam um currículo essencialmente clássico. O segundo grau, até os 16 anos de idade, destinava-se aos filhos das 'classes mercantis'. Para esses, o currículo tinha uma orientação menos clássica e já um tanto prática. O terceiro grau, para alunos de até 14 anos, era destinado aos filhos de 'pequenos proprietários agrícolas, pequenos comerciantes e artesãos superiores'. (GOODSON, 2012, p. 18-19)

Nesse sentido, fica nítido que neste momento da história, o currículo tinha como foco principal, preparar um determinado sujeito para dar continuidade às atividades que já eram realizadas pela sua família, tornando o processo de escolarização de alguns, um momento apenas de aprender ou intensificar o aprendizado de como trabalhar em determinada função, já pré-estabelecida, de acordo com a posição social que este sujeito ocupava.

Moreira e Tadeu (2013) também nos dá indícios do caráter ideológico e social do currículo, como ferramenta de "controle social" nos Estados Unidos, quando passavam para a escola a responsabilidade de ensinar aquilo que era tido como adequado. Além disso, outros

autores vão nos informar sobre a função separatista e social que o currículo desempenhou em determinados momentos do espaço-tempo.

Sacristán (2013) irá trazer à discussão a potencialidade reguladora do currículo, pois, este documento será não somente aquilo que um determinado sujeito irá aprender, com um conjunto de conhecimentos (conteúdos) que será repassado, mas também será um documento regulador do que será ensinado, de como será ensinado, determinando também o fazer do profissional que também o receberá. Portanto, Sacristán (2013, p. 18) descreve que a partir desse documento norteador (currículo)

seja por bem ou por mal, o fato é que o ensino, a aprendizagem e seus respectivos agentes e destinatários – os professores e alunos – tornaram-se mais orientados por um controle externo, uma vez que determinou a organização da totalidade do ensino por meio do estabelecimento de uma ordem sequenciada (...) Dessa maneira, o conceito de currículo delimitou as unidades ordenadas de conteúdos e períodos que tem um começo e um fim, com um desenvolvimento entre esses limites (...) Não é permitido fazer qualquer coisa, fazer de uma maneira qualquer ou fazê-la de modo variável.

Portanto, é a partir desse documento que será decidido aquilo que deve ser apreendido pelo sujeito, em cada fase ou “grau” de ensino que ele estiver conectando-se com os demais anos da escolarização, o currículo é pensado para que todos os anos sejam conectados a partir dos conhecimentos adquiridos ano após ano.

Lopes e Macedo (2011) trazem à discussão a ideia levantada principalmente por Apple (1979) onde centraliza o poder e a hegemonia que existem dentro da construção de um currículo. Pois, sabendo a importância da escola, enquanto agente de preparação do sujeito para o mercado econômico, assim, as autoras mencionam o que foi descrito por Moreira e Tadeu (2013) como sendo também um agente de “controle social”.

Portanto, é oportuno enfatizarmos nesta discussão a relevância de se entender aquilo que está sendo construído e desenvolvido nas escolas da Rede Estadual de Alagoas, para que possamos também lutar contra a hegemonia do poder elitista, que ainda pressiona a escola, para se basear em um ensino fundamentalmente técnico, que será útil para a continuidade de uma mão de obra, sendo assim, economicamente útil para um determinado território.

GÊNERO E SEXUALIDADE: como a temática está sendo abordada nas escolas de ensino médio do agreste alagoano?

Para dar luz à pesquisa e contribuir com as indagações feitas acima, entrevistamos dois professores da rede estadual de educação de Alagoas, que atuam em escolas localizadas no agreste do estado, e nesse momento aplicamos questionários semiestruturados, para auxiliar na condução das entrevistas.

Auxiliando a organização do material, fizemos um levantamento acerca dos dados dos professores participantes, levando em consideração a sua formação e a área de atuação. A fim de preservar a identidade dos professores, as respostas serão nomeadas por Professor A e Professor B.

Pensando em toda a discussão trazida no corpo do trabalho, fizemos duas entrevistas para auxiliar na análise crítica dos temas que atualmente encontram-se intrínsecos às nossas realidades no dia a dia do fazer pedagógico e do que vivenciamos nas instituições escolares.

A primeira pergunta tratou de analisar o que os professores entendiam por currículo escolar.

Entendo como o caminho a ser percorrido no processo de ensino-aprendizagem, que norteia e ajuda o professor a desenvolver suas aulas, assim como também, dentro das mesmas, alcançar as competências e habilidades almeçadas em seus alunos com os conteúdos programáticos (Professor A, 2022).

Entendo por currículo escolar toda a programação que a escola deve desempenhar durante todo o ano letivo, não só de uma área específica, mas de todas as áreas. Mas, falando especificamente da área de Humanas e Filosofia que é a qual faço parte, o currículo escolar deve ser recheado, deve conter no currículo informações inerentes a todos os encontros que o professor terá com o aluno, os conteúdos. Compreendo também que dentro desse currículo deve conter os mecanismos de avaliação de todo o ano letivo. Além disso, o currículo deve conter competências que desenvolva toda a parte socioemocional dos alunos, além de elencar critérios óbvios e claros de avaliação, a partir das produções que possam instigar o protagonismo desse jovem. O currículo escolar seria toda essa parte organizacional, o planejamento anual do que todas as disciplinas e áreas de conhecimento elas vão desenvolver durante o ano letivo. (Professor B, 2022).

A segunda pergunta tratou de analisar a percepção do professor em relação a BNCC em sua área de atuação.

Geralmente, sempre que possível em conjunto com colegas de componente, procurando sempre observar a realidade e necessidades da comunidade escolar onde estou trabalhando. Como referencial é usado a BNCC (Professor A, 2022).

Utilizamos a BNCC, através das suas competências e habilidades, e lá também existem as competências e habilidades específicas de cada área e componente curricular. Essa é a principal referência. E além disso, como forma de construção desse currículo escolar fazemos escutas com relação aos alunos, o que eles pensam, planejam e o que a comunidade escolar daquela determinada região ou bairro almejam, e também as competências elencadas na BNCC (Professor B, 2022).

A terceira pergunta tratou de identificar se há discussões sobre identidade de gênero. E se sim, em quais projetos.



VIII CONGRESSO NACIONAL
EM EDUCAÇÃO

Como direcionador para um desenvolvimento político social consciente, crítico e principalmente ético (Professor A, 2022).

Sim, existe sim na escola discussões sobre identidade de gênero e além disso, possíveis formas de inclusão dessa identidade e discussão do tema. Existem projetos sendo desenvolvidos na escola. Não são projetos específicos, mas todos os projetos desenvolvidos na escola, a temática de inclusão é sempre trabalhada, principalmente com relação a essa questão do gênero. Projetos como peças teatrais, processos juninos, em que nós tivemos de forma incisiva, clara e objetiva essa questão da identidade de gênero e trabalhada como forma de inclusão (Professor B, 2022).

A quarta pergunta tratou de identificar se o professor trabalha com a temática no currículo de sua disciplina.

Sim, em discussões e ou debate. Assim como também no Projeto de Consciência Humana (Professor A, 2022).

Sim, trabalho essa questão de gênero na minha disciplina, que é Filosofia. Nós estamos desenvolvendo um projeto, esse projeto é uma peça teatral e essa peça irá ilustrar um filme, OS ESCRITORES DA LIBERDADE, e dentro dessa peça teatral nós vamos trabalhar a questão de identidade de gênero, já que o filme trabalha questões temáticas voltadas à xenofobia, raça. Faremos uma atualização das temáticas abordadas no filme e incluiremos a discussão de identidade de gênero (Professor B, 2022).

A quinta pergunta tratou de identificar se o professor sente dificuldades de se trabalhar com a temática na sala de aula.

Sim, acredito por ser um tema de grande complexidade de entender, assim como por se tratar de uma região onde o preconceito é dominante em muitos conteúdos propostos ao aluno, onde se percebe em que muitos casos esse preconceito vem do grupo familiar e do próprio grupo social onde estão inseridos (Professor A, 2022).

Sim, ainda há uma dificuldade de trabalhar essa temática em sala de aula, uma vez que o ambiente escolar ainda não está preparado, digo, as pessoas, algumas pessoas que compõem esse ambiente, ainda não estão preparadas, mas de forma sutil, clara e objetiva a escola vem trabalhando essa questão de identidade, ainda que com dificuldades, mas de forma educativa, racional e consciente nós estamos trabalhando essa questão da identidade de gênero (Professor B, 2022).

A sexta pergunta tratou de analisar como a escola lida com essa diversidade. E se o professor considera o espaço escolar em que atua, includente ou excludente.

A escola atua de forma compreensiva e acolhedora, procurando pregar a inclusão e o respeito entre todos (Professor A, 2022).

O espaço escolar do colégio que atuo é um espaço totalmente includente. Desde o ano passado a escola mudou um pouco a mentalidade e vem trabalhando essa temática. Até no comportamento de alguns alunos, eles se sentem à vontade, se colocam, pontuam algumas situações importantes, se autoafirmando em determinados momentos, e isso vem fazendo com que essa temática esteja sendo trabalhada quase que diariamente, através do comportamento e das ações desses alunos. Esse ambiente é totalmente includente, e não se percebe nenhuma forma de exclusão (Professor B, 2022).



A sétima pergunta tratou de analisar se os estudantes conseguem expor suas identidades e diversidades de gênero e serem respeitados dentro do ambiente escolar em que esse professor atua.

Sim (Professor A, 2022).

Como disse anteriormente, o ambiente escolar em que atuo é incluyente, e por causa dessa inclusão e o comportamento dos alunos, fazem com que esses alunos sejam respeitados, eles também fazem isso de forma clara e sem vergonha alguma, mas sempre de forma respeitosa. E isso trás com eles a ideia de respeito. Então eles sabem conduzir toda a situação. Eles sabem trabalhar a questão da identidade de gênero, o comportamento, e com isso deixa claro a mensagem que eles querem passar, mas de forma objetiva, clara e respeitosa (Professor B, 2022).

CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa encontramos alguns pontos relevantes para a discussão da temática abordada, principalmente em relação às dificuldades que com as entrevistas, percebemos que são presentes nas salas de aula, ainda que muitas vezes aconteça de forma mais contida, e também podemos ligar ao fato de que os temas identidade de gênero, sexualidade ou qualquer outro tema que outrora foi considerado tabu, adentrarem às instituições de ensino, ainda que muitos não queiram falar, não queiram discutir e até mesmo não respeitarem.

Percebemos ao longo do corpo do trabalho que o currículo é um campo em disputa, e que muitos dos temas que são abordados ou que deixam de ser abordados possuem um significado, uma segunda intenção. Nesse sentido, é oportuno afirmar aqui a importância do comprometimento dos professores com a educação e também com os direitos dessa parcela de pessoas marginalizadas e que sofrem com vários tipos de violência, além de não possuir uma representatividade efetiva.

Contudo, ainda que durante a pesquisa percebemos que a temática está sendo encarada de uma forma mais incluyente, ainda existe um certo “despreparo” por parte de algumas pessoas que compõem o quadro das instituições de ensino, fazendo com que, principalmente os espaços destinados à formação continuada de professores e profissionais atuantes tenham pautas de ações afirmativas e incluyentes, e além disso, que o tema seja trazido em mais espaços de discussões e debates para os estudantes, permitindo uma maior conscientização e uma quebra de paradigmas e pré-conceitos que envolvem toda a temática acerca de identidade de gênero, e/ou discussões de identidade de gênero nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Brasiliense, 1979. Tradução: Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Conselho Nacional de Educação.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOPES, Alice Casimiro; Macedo, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Gérison Kézio Fernandes. **Currículos e programas**. Sobral, 2016. 1. Ed.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOREIRA, Antonio Flavio; Tomaz, Tadeu (orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 12. Ed. – São Paulo, Cortez, 2013.

RIBEIRO, Guilherme Augusto Maciel; THIENGO, Edmar Reis. **Discutindo gênero e sexualidade na escola: um guia didático-pedagógico para professores** - Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas sobre o currículo**. Org: José Gimeno Sacristán. Penso, 2013.